

Um fracasso o tal esforço do

OPINIÃO

DA TERRA

21 MAI 1986

Congresso

Foi um verdadeiro fracasso o primeiro dia de "esforço concentrado" na Câmara, ontem, para votação de importantes projetos como a regulamentação da legislação eleitoral, a isenção de contribuição previdenciária para os aposentados, a sustação das ações de despejo, o subsídio ao leite, entre outros. O PDT, através de seu líder Matheus Schmidt (RS), impugnou o acordo selado na hora do almoço entre o líder do governo, Pimenta da Veiga e o do PDS, Amaral Neto, visando desobstruir a pauta de votações, e a Câmara acabou aprovando praticamente apenas projetos autorizando viagens.

A principal alegação de Schmidt para a obstrução é que as propostas de regulamentação do horário gratuito de Propaganda eleitoral prejudicam os pequenos partidos como o seu, em benefício dos grandes. De qualquer forma, diante desses desentendimentos e da falta de definição da Câmara, o projeto disciplinando a propaganda deve ser votado hoje à tarde ou à noite, pelo Senado; segundo decisão tomada ontem à noite pelos líderes do PMDB, do PFL e dos PDS.

O projeto do Senado, de autoria do líder do PDS, Murilo Badaró, divide o tempo de duas horas de propaganda diárias exclusivamente entre os partidos com representação no Congresso Nacional, na proporção das bancadas existentes. Sem o acordo das lideranças da Câmara, o problema será, na prática, transferido ao Senado, onde já vinha sendo estudado um outro critério, o de dividir as duas horas diárias em três blocos de 40 minutos cada, contemplando também as bancadas das assembleias legislativas estaduais.

A liderança governista no Senado, que conta com o apoio da liderança do PDS, está apreensiva com a lentidão da Câmara, que, ontem, além da aprovação de viagens, já há muito realizadas, acabou também aprovando o projeto que cria, na Casa, a comissão incumbida de fiscalizar os atos do Poder Executivo, inclusive das estatais, nos termos do artigo 45 da Constituição.

Duas outras proposições também consideradas importantes e que figuravam nos dois primeiros lugares da pauta foram delatadas no início da sessão. Uma, dispondo sobre a ocupação de residências oficiais em Brasília, que se constituía numa das

causas imediatas do congestionamento. Isso porque o PDS, o PDT, o PT e outros partidos menores não concordavam com um "privilegio" concedido a altos funcionários e eram pela venda dos imóveis a seus ocupantes. O PMDB, então, acabou aceitando a sugestão e pediu que o projeto fosse remetido à Comissão de Desenvolvimento Urbano para ser modificado.

O outro projeto retirado, determinando a desativação dos parques gráficos oficiais, com poucas exceções, recebeu as emendas do plenário e saiu da pauta para publicação, devendo também retornar hoje ou amanhã.

Ainda ontem foram aprovados alguns acordos internacionais, entre os quais um de 1973 que fixa em 14 anos a idade mínima para admissão em empregos.

A obstrução do PDT

Ao explicar a decisão do PDT de continuar obstruindo a pauta da Câmara, Matheus Schmidt negou que essa atitude seja represália à discriminação que o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, alega vir sofrendo do governo federal. Ele centralizou sua argumentação na questão da propaganda eleitoral gratuita, criticando também o fato de a pauta conter projetos autorizando viagens, regulando o uso de imóveis em Brasília e acordos internacionais. "Assim não dá. Há coisas mais importantes que nos interessam. A primeira é a relativa ao horário de propaganda eleitoral gratuita na tevê. Como é que fica? Vamos ter três minutos no Rio e o PMDB 55?"

Já o líder do PDS Amaral Neto não esconde sua euforia com o entendimento realizado com Pimenta da Veiga, do PMDB, e que acabou impugnado pelo PDT. Para Amaral Neto "a grande conquista que obtivemos foi a regulamentação do artigo 45 da Constituição sobre fiscalização dos atos do governo e a promessa de apresentação da emenda de restauração das prerrogativas do Congresso".

Amaral também se vangloriava de sua disposição de colaborar com o governo: "Vamos votar o projeto Pratini de Moraes, que autoriza a retaliação contra países que restrinjam as exportações de produtos brasileiros. Estamos dando essa arma ao governo para enfrentar lá fora a luta da informática. Trata-se de contribuição da oposição para tirar a nossa pecha de radicalismo".